



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mesquita

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria do Controle Interno

Prestação de Contas Anual de Gestão

Exercício 2021 – Base 2020

Certificado de Auditoria

Certificado: 002/2021.

Órgão: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mesquita.

Responsáveis: Murilo Sanches Rodrigues período de 01/01/2020 – 16/03/2020.

Leandro Machado Ferreira período de 17/03/2020 – 31/12/2020.

Assunto: Prestação de Contas de Anual de Gestão – Exercício 2020, referente a Conta de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Público de Mesquita

Considerando o disposto no inciso I e II, art. 74, da Constituição Federal de 1988 e ao disposto no Art. 53, inciso IV, da Lei Complementar nº 63/90, com base na Deliberação TCE/RJ 277 de 24 de Agosto de 2017, no exame realizado nas peças que compõem a presente Prestação de Contas e nos fatos apresentados no Relatório do Órgão Central de Controle Interno.

CERTIFICAMOS,

que a presente Prestação configura IRREGULARIDADE nas contas de 2020.

Ressaltamos que os nossos exames foram conduzidos dentro de um escopo possível e definido, por isso a opinião aqui emitida não poderá ser inferida a todos os aspectos da plena gestão da unidade, uma vez que fatos novos poderão requerer outros exames e, se o caso, a apuração de responsabilização. Através dos exames realizados pudemos definir as seguintes Irregularidades, Improriedades e Recomendações:

Irregularidade nº 01:

Conforme apontamento feito pelo Conselho Fiscal, não podendo ser corroborado por este órgão devido ao não encaminhamento dos extratos bancários, e já solicitados através do ofício CGM nº 131/2021, há divergência dos valores apontados nos demonstrativos contábeis e extratos bancários conforme exposto às fls. 115 – 117.

Determinação nº 01

Seja instaurado Tomada de Contas, de acordo com a Deliberação TCE-RJ 279/17, a fim de apurar as irregularidades apontada pelo Conselho Fiscal em seu parecer referente a Prestação de Contas do Instituto Previdenciário – exercício 2020.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mesquita

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria do Controle Interno

TCE-RJ
Fls. 492
No. Processo: 221506-9/2021

06 7210 21 167 3

Impropriedade nº 01:

Divergência apresentada entre o RREO e o RGF, comparados aos demonstrativos apresentado, constata-se a não paridade entre as informações.

Determinação nº 02:

Observar para que o orçamento final apurado do Instituto guarde paridade com o registrado no Balanço Orçamentário do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal do exercício em questão, sejam reanalisados, republicados, guardando paridade com os demonstrativos contábeis apresentados.

Impropriedade nº 02:

O Regime Próprio de Previdência Social do município não possui Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP válido para o exercício, tendo em vista a não comprovação do cumprimento de critérios e exigências estabelecidos na Lei Federal nº 9.717/98.

Determinação nº 03:

Providenciar a regularização dos critérios e exigências estabelecidos na Lei Federal nº 9.717/98 para fins de emissão do CRP, de modo que o município não fique impossibilitado de receber transferências voluntárias de recursos pela União.

Impropriedade nº 03:

As informações emitidas através do Modelo 4, às fls. 52, da Contabilidade do Instituto, em que apontam não paridade dos saldos do caixa e os valores apresentados pela Tesouraria.

Determinação nº 04:

Que sejam sanadas as pendências apontadas, e deve ser apresentado relatório na próxima prestação de contas sobre regularização dos apontamentos feito pela Diretora Contábil.

Recomendação nº 01:

Que seja estruturada a Unidade de Controle Interno que deve estar administrativamente subordinada ao Instituto de Previdência dos Servidores Público de Mesquita, pois visa garantir a independência administrativa e gerencial para que a UC possa exercer com maior eficácia e efetividade as suas funções em todas as atividades e funções desenvolvidas pelas demais unidades administrativas que integram a estrutura do órgão e entidade. Entretanto, a UC deve ter subordinação técnica à autoridade máxima do ente ou entidade responsável pela coordenação, orientação, definição de diretrizes gerais e avaliação do Sistema de Controle Interno da entidade, ou seja, à esta Controladoria, conforme Manual para Implantação de Sistemas de Controle Interno no Âmbito das Administrações Públicas Municipais e Estadual do Estado do Rio de Janeiro (em anexo fls. 19 e 20 do Manual Implantação de Sistemas de Controle Interno do TCE-RJ).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mesquita

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Auditoria do Controle Interno

TCE-RJ
Fls. 493
No. Processo: 221506-9/2021

06 7210 21 168

Recomendação nº 02:

Para que seja acompanhado o pagamento das parcelas do Acordo CADPREV nº00361/2021 referente ao parcelamento da parte patronal do RPPS, e seja informado ao Chefe do Poder Executivo e ao Controlador do Município caso ocorra atraso em alguma parcela, a fim de tomarem as devidas providências para que não ocorra paralização dos repasses.

Recomendação nº 03:

Para que seja solicitado a regularização das parcelas suspensas de acordo art. 9º da Lei Complementar 173/2020, referente ao parcelamento da parte Patronal do RPPS.

Observações Finais:

Quanto as medidas adotadas, no âmbito do Controle Interno, no sentido de alertar a Administração Municipal, sobre as providências a serem implementadas para melhoria da gestão governamental, conforme impropriedade e determinação nº 21 referente as contas de governo de 2019 (processo TCE RJ nº 218.903-6/20), informo que foi encaminhado ofício nº 001/AUD/CGM/2021 (anexo ao relatório de Controle Interno) ao Controlador Geral do Município, com cópia ao Subcontrolador Geral do Município, cujo objetivo é início de Auditorias no Município, a fim de verificar legalidade, legitimidade e economicidade dos contratos firmados na Administração, analisar a implementação de políticas públicas, além de acompanhar o cumprimento das determinações exaradas na prestação de contas do exercício anterior.

A fim de dar conhecimento à Alta Administração da importância das Auditorias/Fiscalizações, o controlador encaminhou ofício nº 059/CGM/2021 anexo ao relatório de Controle Interno), portanto esta Diretoria de Auditoria está aguardando posicionamento para o início das atividades, com intuito de auxiliar o Controle Externo em sua missão institucional.

Em relação as divergências apontadas pelo Conselho Fiscal, informamos que será realizado auditoria após autorização do Chefe do Poder Executivo.

Mesquita, 15 de julho de 2020

Louise Santos Nunes

Diretora de Auditoria do Controle Interno – PMM
CRC/RJ-124413/O
Mat. 60/010.679